**Tentativas de controle da docência em torno da Base Nacional Comum Curricular**

Cláudia Vasconcellos Nogueira da Gama

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

A presente pesquisa apresenta, através de análise empírica, as articulações discursivas que têm tentado controlar a docência na política curricular em curso, destacando os discursos produzidos pelo Movimento pela Base. Este Movimento participou ativamente durante o processo de articulação (e aprovação) da BNCC e não vem medindo esforços para dar andamento à referida política. Nesta pesquisa, opero com a lógica pós-estruturalista e me ancoro nas importantes contribuições da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015), das redes políticas de Ball (2020) e das relevantes pesquisas sobre políticas de currículo e docência de Lopes e Macedo (2011a, 2011b), entre outros pesquisadores do campo. Os documentos analisados tem revelado uma tentativa de controle da ação docente, bem como a inferência de padronização de seu trabalho e formação, com a justificativa de ser esse um fator importante para o alcance da educação de qualidade e com equidade.

Palavras Chaves: Políticas de Currículo e Docência, Discursos, Tentativas de controle, Base Nacional Comum Curricular.

Através de estudos realizados na área, tem sido possível identificar na produção das políticas curriculares a tentativa de hegemonização de discursos pautados na necessidade de normatização do currículo e da tentativa de controlar a docência. Estes discursos que vem ganhando consenso na sociedade, e consequentemente nas atuais políticas curriculares, tem indicado que os professores não são bem formados e que, por isso, não sabem desempenhar satisfatoriamente suas funções e/ou produzir currículo (DIAS; FARIAS; SOUZA, 2017).

Mas eles não representam uma inovação nas mais recentes políticas curriculares. Ao longo dos últimos trinta anos pode-se observar que as políticas têm sido (re)formuladas através de processos de negociação complexos (DIAS *et al*, 2012), que tentam hegemonizar interesses educacionais colocados em pauta por diferentes grupos que compõem as redes de governanças globais (MACEDO, 2019), sejam eles Organismos Internacionais, agências externas, *think tanks*, holdings educacionais, filantropias corporativas e familiares, por exemplo (BALL, 2020). Essas redes têm se mostrado cada vez mais dispostas a oferecer (rápidas) soluções para os “problemas” educacionais, reafirmando suas atuações ativas nas produções curriculares.

Na década de 1990 a preocupação com a profissionalização docente vinculada à formação e às condições de trabalho ganhou relevo. Também obteve espaço na produção de políticas educacionais para os países latino-americanos, articuladas por Organismos Internacionais, a necessidade de avaliar os docentes como forma de melhorar a qualidade educacional. Desse modo, hegemonizaram-se, tanto no cenário nacional como no internacional, os discursos que associam os problemas de aprendizado e da dita qualidade ao desempenho dos professores, à sua atuação e também à sua formação (DIAS; FARIAS; SOUZA, 2017). Essa visão intensificou, por exemplo, as políticas de responsabilização, com estruturação de incentivos financeiros em função de seu desempenho, colocando o docente na posição de responsável por melhorar a qualidade do ensino.

Desde o período citado, anteriormente, até a mais presente data, têm sido propagados nos documentos políticos e também veiculados pelas mídias sociais, discursos que tentam apontar a “ineficácia” das escolas. Esses discursos são frutos de intensos debates que circulam não só na mais alta cúpula dos governos, mas na sociedade civil em geral, inclusive dentro das academias e entre os próprios professores. Desta maneira, são articulados os discursos que tentam colocar sob suspeita a formação do professor e sua eficiência, vinculando essa “deficiência” ao problema da qualidade educacional. Com a hegemonização desses discursos, justifica-se a demanda por uma produção de um manual detalhado que possa orientar esse profissional, ou seja, de uma Base Comum, capaz de direcionar seu trabalho.

É válido ressaltar que as políticas não são produzidas de forma simples e linear, representando o interesse somente de um determinado grupo ou simplesmente do Estado. Muito pelo contrário, elas são constituídas por complexos processos de negociações. Isto é, elas são construídas em terreno antagônico, repleto de interesses diversos. Esses interesses se articulam com o objetivo de criar consensos, muitas vezes conflituosos (MOUFFE, 2016), em prol de um discurso que se apresente como hegemônico, ainda que contingente e provisório (LACLAU; MOUFFE, 2015). É dentro dessa arena de disputas e a partir de cadeias de equivalências instáveis que foi produzida, por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), refletindo uma luta política por significação (LOPES; MACEDO, 2011a).

As demandas em prol de uma base nacional comum curricular não apareceram somente durante a década de 2010 e nem representaram um “produto verticalizado de um governo” (LOPES, 2017, p.111). Tampouco foram articuladas apenas por um determinado grupo de atores sociais ou movimento. Mas foi nessa década, principalmente, que ocorreu uma intensa articulação em prol de sua aprovação. Muitos atores participaram dessa arena política, entrando em disputa pela produção de uma política curricular que alcançasse a hegemonia. Neste contexto, pode-se afirmar que “foi com a criação do Movimento pela Base e as demandas do terceiro setor que a BNCC ganhou força” (ARAUJO, 2022, p.18).

Neste sentido, a presente pesquisa tem como objetivo interpretar os discursos que almejam alcançar a hegemonia e que têm tentado controlar a (form)ação docente. Para tal, opero com lógica pós-estruturalista e me ancoro em obras e estudos da Teoria de Discurso (TD) de Laclau e Mouffe (2015), bem como nos pesquisadores e especialistas em suas obras, como Daniel de Mendonça (2009, 2020) e Joanildo Burity (2014). Além disso, procuro articular as contribuições das redes de políticas de Ball (2020) e das relevantes pesquisas sobre políticas de currículo e docência de Lopes e Macedo (2011a, 2011b), entre outros renomados pesquisadores do campo, para analisar, no andamento da atual política curricular (BNCC), os discursos que tentam controlar a ação docente.

Na análise empírica, procuro dar destaque para os discursos produzidos pelo Movimento pela Base (MPB), que se mostrou uma potente rede política, atuando ativamente durante o processo de articulação (e aprovação) da BNCC e que não vem medindo esforços para dar andamento à política em curso. O recorte temporal escolhido foi do período após a aprovação da versão final da BNCC, em 2018, até o final do ano de 2022. O material empírico utilizado foi a BNCC – Educação Básica (BRASIL, 2018), os Relatórios Anuais do Movimento pela Base (MOVIMENTO PELA BASE, 2021 e 2022) e o documento “Critérios da formação continuada para os referenciais curriculares alinhados à BNCC” (MOVIMENTO PELA BASE, 2019).

Em minha análise, os documentos analisados apresentam uma tentativa de controle da ação docente, bem como a inferência de padronização do trabalho e formação desses profissionais, com a justificativa de ser esse um fator importante para o alcance da educação de qualidade e com equidade no cenário político e social (BALL, 2020). Nesse sentido, tentei apresentar algumas articulações discursivas produzidas e propagadas pelo Movimento pela Base com a finalidade de refletir sobre essas tentativas de controle, que não são apresentadas de forma clara, mas que compõe de forma muito bem articulada os sentidos que estão a todo tempo em negociação.

Ao analisar tanto algumas publicações do MPB, como seus Relatórios Anuais e o documento “Critérios da formação continuada para os referenciais curriculares alinhados à BNCC” foi possível perceber sentidos ambivalentes sobre o papel do professor e de sua autonomia no processo de “implementação” da Base. Essas ambivalências, por exemplo, evidenciam o reflexo das negociações que estão em jogo na produção de uma política.

Uma negociação que, na perspectiva da Teoria da Discurso (LACLAU; MOUFFE, 2015), envolve a articulação entre elementos (diferenças) que se antagonizam e que, apesar disso, por compartilharem algum traço em comum (a defesa da educação de qualidade, por exemplo), conseguem ser negociados, preservando suas particularidades. Desta forma, conseguimos perceber essas ambivalências na construção desses discursos. Pois, apesar das demandas dos diferentes atores estarem unidas por um forte laço articulador e colocadas em cadeia de equivalência contra um antagonista, ainda assim preservam suas diferenças, suas particularidades.

Além deste ponto, também pude apontar como vão se apresentando discursivamente as tentativas de controle sobre a ação docente. Ou seja, através dos projetos que visam a centralização curricular e a tal “valorização dos professores” é proposto uma forma de manter a contingência ou, melhor, de tentar controlar o que acontece dentro das escolas (dentro de cada sala de aula), ajustando milimetricamente todas as ações possíveis que ajudarão no processo de construção e monitoramento da política em curso. Uma tentativa de estabilizar o que é naturalmente instável. Uma tentativa de controlar o que não é possível ter controle, pois acabam por desconsiderar (ou até mesmo minimizar, ainda que de forma frustrada) as subversões possíveis, os escapes, e a característica mais forte da docência: a imprevisibilidade. A política curricular produzida cotidianamente na escola é mais imprevisível do que a BNCC ou projetos em torno dela podem tentar nos fazer acreditar.

Referências:

ARAUJO, Hellen Gregol. A nova filantropia e a Base Nacional Comum Curricular: a política investigada por redes. Tese. Faculdade de Educação UERJ. Rio de Janeiro, 2022.

BALL, Stephen. Educação Global S.A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal/ Stephen J. Ball; tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2020.

BRASIL, MEC. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BURITY, Joanildo. Discurso, política e sujeitos na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel de, RODRIGUES, Léo P. (org.). Pós-estruturalismos e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EdPUCRS, 2014, p.59-74.

DIAS, Rosanne Evangelista; ABREU, Rozana Gomes de.; LOPES, Alice Casemiro. Stephen Ball e Ernesto Laclau na pesquisa em política de currículo. In: FERRAÇO, Carlos E., GABRIEL, Carmen T., AMORIM, Antonio C. (Org.). Teóricos e o campo do currículo. 1ed.Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2012, v. 1, p. 200-214.

DIAS, Rosanne Evangelista; FARIAS, Lívia; SOUZA, Cristiane. Tentativas de controle curricular na formação e no trabalho docente. In: LOPES, Alice; OLIVEIRA, Marcia (org). Políticas de Currículo: pesquisas e articulações discursivas. Curitiba: CRV, p. 251-268, 2017.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LOPES, Alice Casimiro. Política, conhecimento e a defesa de um vazio normativo. IN: MENDONÇA, Daniel, RODRIGUES, Léo, LINHARES, Bianca (org.) Ernesto Laclau e seu legado transdisciplinar. São Paulo: Intermeios, p. 109-127, 2017.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Teorias do Currículo. São Paulo: Cortez, 280 p, 2011a.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Sobre a organização e os tradutores. In: Laclau, Ernesto, Emancipação e diferença. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011b.

MACEDO, Elizabeth. Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 13, n. 25, p. 39-58, jan./mai. 2019.

MENDONÇA, Daniel de. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. Revista Brasileira de Ciência Política, [S. l.], n. 1, p. 153–169, 2009.

MENDONÇA, Daniel de. Uma (Breve) Introdução ao Pensamento Pós-Estruturalista. Paralelo 31, v. 1, p. 150-162, 2020.

MOUFFE, Chantal. Desconstrução, pragmatismo e a política da democracia. *In*: MOUFFE, Chantal. (org.). Desconstrução e Pragmatismo. 1. ed. Tradução de Victor Dias Maia Soares. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p. 9-26.

MOVIMENTO PELA BASE. Critérios da Formação Continuada para os Referenciais Curriculares alinhados à BNCC. Movimento pela Base Nacional Comum, 2019. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2019/01/PDF-Crit%C3%A9rios-de-Forma%C3%A7%C3%A3o-v6-final.pdf>. Acesso em: 13 jul de 2023.

MOVIMENTO PELA BASE. Relatório Anual 2021. Movimento pela Base, 2021. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/05/relatorio-anual-mpb-2021.pdf> Acesso em: 20 jun. de 2023.

MOVIMENTO PELA BASE. Relatório Anual 2022. Movimento pela Base, 2022. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2023/05/relatorio-anual-movimento-pela-base-2023-1.pdf> Acesso em: 29 jun. de 2023.